



Célio Azevedo

COBRANÇA Ideli recomenda ao Congresso que faça sua parte no desenvolvimento do país

Ideli pede votação da agenda econômica

Os projetos que tratam de falência, biossegurança e parcerias são alguns citados pela senadora como importantes para o país.

Página 4

Lobão quer apressar projeto sobre factoring

Proposta que regulamenta atividades das empresas de *factoring* foi incluída na lista de projetos para votação final na CCJ.

Página 4



Célio Azevedo

PRIORIDADE Lobão incluiu na lista de votações da CCJ projeto que regulamenta o *factoring*

Senadores rejeitam convocação em julho

Agripino, Ideli, Tebet e Heráclito sugerem que se aproveite eventual prorrogação dos trabalhos até a votação da LDO para examinar outras propostas importantes

ORDEM DO DIA



José Cruz

Fátima Cleide com os avulsos da reforma do Judiciário e da Lei de Falências: 5,7 quilos de papel que serão substituídos por um *notebook* com todas as informações. Além de economia, praticidade

ECONOMIA NA INFORMATIZAÇÃO

Os papéis dos avulsos de apenas duas propostas que se encontravam na pauta do Plenário na quarta-feira – reforma do Judiciário e Lei de Falências – pesavam 5,7 quilos. Como não houve deliberação sobre elas, o material é reimpresso até o momento em que forem aprovadas. Todo esse trabalho será

racionalizado, com economia substancial: os papéis darão lugar à ordem do dia informatizada, cuja implantação está a cargo da Secretaria Geral da Mesa e do Prodasen. A partir do segundo semestre, cada senador acompanhará a ordem do dia de seu *notebook* instalado no Plenário.

Página 3

Demostenes aponta mau uso de recursos do Fundo de Segurança

O governo federal usou até agora menos de 1% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, e mais da metade do dinheiro foi gasto na compra de passagens e em despesas de locomoção, segundo o senador Demostenes Torres.

Página 7

Os líderes do PFL, José Agripino, e do PT, Ideli Salvatti, se manifestaram contrariamente a uma eventual convocação do Congresso em julho pelo presidente da República, como noticiou a imprensa. O presidente do Senado, José Sarney, por meio de sua assessoria, também disse não apoiar a idéia. No Plenário, Ramez Tebet e Heráclito Fortes fizeram pronunciamentos contra a convocação. Como o Legislativo só entrará em recesso após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os senadores sugeriram que se aproveite a eventual prorrogação dos trabalhos até essa votação para deliberar sobre outras propostas importantes, a exemplo das parcerias público-privadas.

Página 3

No Plenário, críticas ao mínimo de R\$ 260

A decisão da Câmara de derrubar o salário de R\$ 275 aprovado pelo Senado, restabelecendo os R\$ 260 fixados pelo Executivo em medida provisória, desagradou aos senadores José Jorge, Alvaro Dias e Ramez Tebet, que comentaram o assunto em Plenário.

Página 6



PREOCUPAÇÃO Virgílio pede reflexão ao governo sobre denúncia do presidente Uribe

Narcotráfico devasta a Amazônia, adverte Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu às autoridades brasileiras que reflitam sobre a advertência do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, quanto à destruição da bacia amazônica, dentro de duas gerações, pelo narcotráfico. Em recente visita ao país, onde participou da 1ª Rodada de Negócios Brasil-Colômbia, Uribe declarou ao jornal *Folha de S. Paulo* que o tráfico de drogas na região já destruiu 1,7 milhão de hectares da selva amazônica.

– A advertência de Uribe merece, no mínimo, nossa reflexão, no sentido da adoção de medidas enérgicas para o combate ao tráfico – acrescentou.

O parlamentar realçou ainda a expectativa da Colômbia quanto ao apoio do Brasil à guerra contra o narcotráfico. Segundo o senador, Uribe considerou urgente a necessidade de aprovação da lei do abate de aviões a serviço do tráfico de drogas. Salientou também a importância do acesso ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

CRE examina indicação de diretor-geral da Abin

■ A comissão analisa ainda nomes escolhidos para embaixadas e projeto que modifica a lei eleitoral

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizará reunião na próxima terça-feira, às 10h, para examinar indicação de dois embaixadores e de Mauro Marcelo de Lima e Silva como diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), entre outros itens. Em reunião secreta, os senadores deliberarão sobre a nomeação de Tilden Santiago para o cargo de em-

baixador em Antígua e Barbuda, cumulativamente com Cuba, e Leda Lúcia Martins Camargo, para exercer em Seicheles o cargo de embaixadora, cumulativamente com Moçambique.

A indicação do diretor-geral da Abin aguarda parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG). Lima e Silva é bacharel em Direito, tem especialização na área de segurança pública na Academia Nacional do Federal Bureau of Investigation (FBI), dos EUA, e é delegado da Polícia Civil em São Paulo.

As duas indicações de embaixadores já receberam parecer favorável dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e João Alber-

to Souza (PMDB-MA), respectivamente. Tilden Santiago é formado em Filosofia e Comunicação Social, foi padre e deputado federal. Leda Lúcia Martins Camargo é formada em Ciências Jurídicas e Sociais e já serviu ao Ministério das Relações Exteriores na Índia, Estados Unidos e Itália.

Consta na pauta da CRE projeto de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que permite aos eleitores brasileiros residentes no exterior a votarem também para senador e governador. Atualmente, eles podem votar apenas para presidente da República. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), é favorável à matéria.



SOLIDARIEDADE Serys elogia trabalho de Sérgio Amadeo à frente do ITI

Serys critica Microsoft e defende software livre

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Software Livre, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) manifestou sua solidariedade ao presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), da Casa Civil da Presidência da República, Sérgio Amadeo, que está sendo interpellado judicialmente pela Microsoft.

A empresa norte-americana quer explicações sobre entrevista concedida por Amadeo à revista *Carta Capital*, em que ele afirma que o mercado de programas de computador se assemelha a situações vivenciadas por usuários de drogas, “em que a primeira dose é sempre de graça”.

Para Serys, o país não pode aceitar que um cidadão brasileiro seja processado apenas por defender o *software* livre e combater o monopólio de empresas como a Microsoft.

A senadora disse ainda que o governo brasileiro apóia totalmente a idéia do *software* livre. Em sua opinião, isso é que está incomodando megapresidentes do setor.

– É com surpresa e indignação que comunicamos a decisão da poderosa Microsoft, que se constitui no maior monopólio do nosso planeta quando se trata de sistemas operacionais, e que resolveu ameaçar, neste momento, uma das principais lideranças da luta pelo *software* livre no Brasil – disse.

A senadora acrescentou que, quando a Microsoft parte para esse tipo de ataque, o alvo é a luta, cada vez mais crescente no Brasil, contra a continuada remessa de *royalties* ao exterior, para o pagamento de licença de uso do *software* proprietário.

Agenda

Lei de Falências em votação na próxima semana

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mozarildo

Cavalcanti (PPS-RR). Na próxima semana, os senadores continuam a análise das emendas apresentadas ao projeto da Lei de Falências (PLC 71/03).

Visitas guiadas no Senado

O programa *Visite o Senado* realiza um passeio pela Casa com o acompanhamento de guias especializados. Na visita, que começa no Salão Negro, é possível conhecer todo o Senado, inclusive o Plenário. Nos dias úteis, os horários são 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30, 16h30; aos sábados, domingos e feriados, às 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.



Beethoven na rádio

No sábado, às 11h, a Rádio Senado exibe o programa *Música Erudita e seus Mestres*, que apresenta a composição *Sonata ao Luar*, de Beethoven, interpretada pelo pianista Wladimir Horowitz, entre outras grandes obras.

A Voz do Cidadão

O Senado ouve sugestões e reclamações da população por meio do serviço A Voz do Cidadão, que recebe ligações gratuitas de todo o país pelo número 0800 61-2211. As mensagens são encaminhadas aos órgãos de competência.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shlessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Gerardo Magalhães

PAUTA Carreiro informa que novo sistema está sendo apresentado aos senadores

Carreiro aponta economia de custos com informatização

Enquanto prosseguem os ajustes no sistema de informatização da ordem do dia, a ser ativado no próximo semestre, a Secretaria Geral da Mesa e o Prodasen continuam divulgando a iniciativa para os senadores. De acordo com o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, 41 senadores já tomaram contato com o equipamento, um computador tipo *notebook*, que vai possibilitar o acompanhamento eletrônico dos textos de projetos, pareceres e emendas em votação no Plenário do Senado.

Cada *notebook* terá um custo de R\$ 7.145,53, devendo o gasto total com a ordem do dia eletrônica chegar a R\$ 1.041.561,84. A expectativa de Carreiro, que ressaltou a economia propiciada pelo novo sistema, é que esse investimento seja compensado em quatro meses. E, para ilustrar a redução de custos, fez uma simulação com apenas dois itens – a reforma do Judiciário e a Lei de Falências – da pauta da ordem do dia da última quarta-feira.

– O avulso dessas matérias destinado a cada senador pesava 5,7 quilos. Como são preparados 150 exemplares diários, distribuídos entre os senadores, as lideranças partidárias e os assessores parlamentares, tivemos um gasto de 855 quilos de papel com apenas dois itens da pauta de uma sessão – observou. Já que não houve deliberação sobre as proposições em questão, todo esse material terá de ser reimpresso, sucessivamente, até o momento em que forem aprovadas.

Para o secretário-geral da Mesa, após à implantação do sistema eletrônico, “em cerca de quatro meses a despesa com a aquisição do equipamento será compensada pela economia de papel”.

Senadores condenam a possível convocação do Congresso em julho

■ Presidente da Casa e líderes concordam em prorrogar os trabalhos por uma semana, para concluir votações

Os líderes partidários reagiram a uma possível convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo presidente da República. O presidente do Se-

nado, José Sarney, por intermédio de sua assessoria, também disse não apoiar a idéia. O que é quase certo que aconteça é a prorrogação dos trabalhos legislativos por uma semana para que seja votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como determina a Constituição.

– O recesso parlamentar está na Constituição e não aceitaremos qualquer mudança. Não há nenhuma razão para isso. O

máximo que iremos aceitar será uma prorrogação suficiente para que votemos a LDO – afirmou o líder do PFL, senador José Agripino (RN).

Sarney e a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), acreditam que nessa prorrogação também possam ser votados outros itens importantes, como a proposta de emenda à Constituição que reduz o número de vereadores, a Lei de Falências, as parcerias público-privadas e a

reforma do Judiciário.

Ideli disse que seria absurdo convocar o Congresso e pagar aos parlamentares, frisando que “o povo brasileiro não aceitaria isso”. Para Agripino, mesmo os itens mais importantes da pauta do Senado podem ser votados depois do recesso. A reforma do Judiciário, por exemplo, pode ter a votação iniciada agora e concluída depois do recesso, observou o senador.

Para Heráclito, não há fato grave que justifique a medida

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a possibilidade, discutida por integrantes do governo, de convocação extraordinária do Congresso em julho para votar projetos de lei considerados prioritários e que estão em tramitação no Senado e na Câmara. O senador acha que se trata de manobra do Executivo para jogar a opinião pública contra o Legislativo.

– A convocação extraordinária durante o recesso é absurda, inoportuna e ineficaz. É uma arapuca e mais uma armação contra o Congresso Nacional – declarou o parlamentar.

Heráclito se referiu a reportagem no jornal *O Globo*, em que se afirma que o governo es-



José Cruz

INOPORTUNO “É uma arapuca e mais uma armação contra o Congresso”, alerta Heráclito

taria cada vez mais convencido dessa necessidade e que a decisão seria tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va após a viagem a Nova York.

De acordo com a matéria, a avaliação do Planalto é de que o prazo previsto até 8 de julho para o funcionamento do Congresso não será suficiente para votar os projetos de interesse do governo em tramitação no Senado, como a nova Lei de Falências, as parcerias público-privadas (PPPs) e a Lei de Biossegurança, além de outros projetos em exame na Câmara.

Sem justificativa

Heráclito disse que a convocação extraordinária só deve ocorrer quando houver fato grave que a justifique, lembrando a frustração ocorrida na última vez em que o Congresso foi convocado (janeiro passado), naquela ocasião o

Senado “não conseguiu votar nada”. Ele ressaltou que os partidos de oposição e até o PMDB estão se posicionando contra essa medida. O parlamentar defendeu a elaboração de uma pauta mínima e um esforço concentrado do Legislativo para votar os projetos prioritários apontados pelo Executivo.

O senador argumentou que toda vez que o governo convoca quem se desgasta é o Congresso, em função dos gastos que isso traz para os contribuintes, exemplificando com os R\$ 22,5 milhões – estimados na mesma reportagem – só com o pagamento dos salários dos 513 deputados e 81 senadores pelo período da convocação.

Principais matérias tramitam nas comissões e não seriam votadas em Plenário, afirma Tebet

A possibilidade de o Congresso ser convocado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para trabalhar no recesso de julho, conforme noticiado pela imprensa, foi criticada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele afirmou aceitar, no entanto, a continuidade dos trabalhos para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Outras propostas poderiam ser votadas também. Isso eliminaria a necessidade de os parlamentares receberem pagamento extra pelo trabalho em julho. Pela Constituição, sem a votação da LDO os parlamentares não podem entrar em recesso.

Tebet disse que, se o Congresso for convocado para trabalhar em julho, poderá ficar “de braços cruzados”. Isso por-

que não haveria tempo para o exame e a votação das principais matérias que poderiam compor a pauta da convocação extraordinária. O senador citou como exemplo o projeto que trata das parcerias público-privadas (PPPs), que ainda tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depende, para que seja votado pela comissão, da realização de uma série de audiências públicas, conforme requerimentos já aprovados.

Com uma convocação extraordinária, segundo Tebet, também não haveria tempo para o Legislativo votar outro projeto que está em tramitação na CAE e que, na sua opinião, é um dos mais importantes em análise, sob os aspectos econômico e social: o que trata da nova Lei

de Falências, do qual é relator.

– A nova lei, a qual prefiro chamar de Lei de Recuperação das Empresas, que irá substituir a legislação caduca em vigor há mais de 60 anos, tem por meta principal dar oportunidade a pequenas e médias empresas que se encontram em dificuldades de se recompor economicamente. E ainda visa colocar um fim às concordatas, que, na maioria das vezes, só beneficiam alguns empresários que, mesmo falidos, continuam a viver nababescamente – afirmou.

Declarações

Tebet estranhou que o presidente Lula tenha declarado a investidores americanos, em Nova York, que o Brasil possui regras fixas e que é um país seguro para aplicações de recur-



José Cruz

CRÍTICA Para Tebet, Congresso pode ficar “de braços cruzados” se for convocado em julho

sos externos. Para o senador, os empresários estrangeiros não sabem sequer o valor do total dos tributos que são pagos aqui, com um agravante: o país tem fama de ter uma das maiores cargas tributárias do mundo, razão pela qual o parlamentar pediu a imediata aprovação da reforma tributária, em tramitação na Câmara.

José Cruz



TRABALHO Segundo Maguito, foram criados em maio 292 mil empregos no mercado formal

Economia pode crescer mais do que 3,5%, diz Maguito Vilela

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou seu otimismo com as recentes informações que apontam para a recuperação da economia brasileira. Tendo como base os dados disponíveis, Maguito acredita que já é possível falar em taxas de crescimento, este ano, superiores aos 3,5% previstos.

Números do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged) do Ministério do Trabalho mostram, conforme o senador, que foram criadas 292 mil vagas em maio, o que representa crescimento no emprego formal, e indicam que o mês passado foi o melhor mês de maio desde 1992 quanto à geração de empregos.

Com as vagas criadas em junho, ressaltou, já chega a mais de 826 mil empregos gerados este ano. E a previsão do Ministério do Trabalho, acrescentou, é que o Brasil feche o ano com saldo superior a 1,5 milhão de novos empregos formais.

De acordo com o senador, os dados sobre emprego apontam para o aquecimento do mercado interno, já que, no mês de maio, houve também diversificação nos setores responsáveis pela criação de vagas de trabalho. Além da agricultura e do setor exportador, que vinham se destacando na geração de empregos até abril, observou, em maio foi significativa a contribuição da indústria.

– Depois de um ciclo complicado, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a equipe econômica tiveram de fazer ajustes pesados, mas imprescindíveis, o Brasil começa a respirar novos ares – disse.

Maguito defendeu ainda melhores condições de trabalho para as Forças Armadas, ao saudar integrantes do Exército presentes na galeria do Plenário do Senado.

Projeto na CCJ cria normas para empresa de *factoring*

Proposta, já aprovada em 2002, precisa apenas ser votada em turno suplementar antes de ir à Câmara

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), incluiu na lista de projetos para votação proposta que regulamenta no país as atividades das empresas de fomento mercantil, conhecidas como *factoring*. São, basicamente, companhias que financiam e prestam serviços a pequenas e médias empresas. O projeto (PLS 230/95) já foi aprovado em dezembro de 2002, mas, por ter recebido substitutivo, terá de ser submetido a votação suplementar.

Nesse período, ele recebeu 15 emendas e ganhou outro relator, pois o primeiro, o ex-senador Casildo Maldaner, não foi reeleito. O novo, senador João Capiberibe (PSB-AP), já apresentou parecer, e a matéria, se aprovada nessa segunda votação, poderá ser enviada diretamente para exame dos deputados, pois tramita em regime terminativo. Ou seja, só irá a Plenário se pelo menos nove



TRAMITAÇÃO Edison Lobão, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, incluiu a matéria na pauta de votações

senadores pedirem.

O projeto é de autoria do então senador José Fogaça, que, na justificativa, lembrou a necessidade de regulamentar o setor, pois existem mais de 700 empresas de *factoring* no país. Segundo Capiberibe, muitas delas não dão nenhum apoio às companhias com as quais mantêm contrato, limitando-se a aproveitar das suas fragilidades financeiras.

Escrúpulo

O senador do Amapá afirma que muitas empresas com a fachada de *factoring* se limitam a “comprar” antecipadamente títulos de dívidas de clientes das empresas assistidas, mas para isso cobram percentuais exagerados. Conforme disse,

no entendimento internacional *factoring* é uma atividade mais ampla, que envolve apoio técnico e acompanhamento de produção e de mercado da firma. Capiberibe acredita que a regulamentação deverá afastar do mercado “pessoas e empresas inescrupulosas”, que raramente dão garantias às empresas assistidas.

De acordo com o substitutivo do primeiro relator, Casildo Maldaner, as receitas das empresas de *factoring* só poderão ser compostas de comissão de prestação de serviços, diferencial na aquisição de créditos e outras que não entrem em conflito com as operações de natureza das instituições financeiras.

Ideli: Congresso deve apoiar crescimento

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem buscado, nas viagens internacionais, intensificar as relações comerciais com os países visitados e atrair investimentos. Mas, acrescentou, o Congresso tem de fazer a sua parte em favor do crescimento do Brasil, que é votar, logo, os projetos que integram a agenda econômica.

– O presidente está indo atrás, articulando, para colocar o Brasil numa posição soberana em relação aos blocos econômicos e a outros países. Nós temos de dar instrumentos para que o país tenha cada vez mais condições de fazer a disputa – enfatizou Ideli.

A líder considera fundamental a aprovação do projeto sobre parceria público-privada (PPP), da nova Lei de Falências, da Lei de Biossegurança, das modificações no setor da cons-



DESENVOLVIMENTO Conforme Ideli, é necessário aprovar logo projetos da agenda econômica

trução civil e da proposta sobre inovação tecnológica.

Segundo a senadora, essas proposições vão dar sustentação aos acordos que o presidente Lula tem promovido. Ideli disse que “a nação está esperando a votação” das propostas, além da reforma do Judiciário, que, em sua avaliação, também tem relação com a economia, porque “muitos investidores se assustam com a morosidade” desse Poder.

– Tudo isso está no bojo de dar sustentabilidade para o crescimento econômico. O crescimento foi retomado, mas, se não cumprirmos nossa tarefa, todo o esforço do governo Lula poderá não dar os resultados que tem o potencial de dar.

Ideli referiu-se à visita do presidente à China e à perspectiva de uma reunião de cúpula entre representantes dos países árabes e presidentes de nações da América do Sul.

A senadora acrescentou que as viagens internacionais têm se caracterizado pelo fechamento de negócios. Só com o resultado dos contratos comerciais assinados na Síria, avaliou, “já dá para pagar uma vez e meia o tão famoso avião criticado pelos opositores”. Ideli também citou os percentuais de aumento das atividades comerciais entre o Brasil e os países visitados por Lula, no período subsequente às viagens.

Papaléo Paes resalta atuação do Sesc e Senac

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) parabenizou ontem, em pronunciamento no Plenário, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O parlamentar também elogiou as federações comerciais regionais, responsáveis, segundo ele, por uma parcela do impulso das economias dos estados.

Papaléo lembrou que tanto o Sesc quanto o Senac destinam-se a melhorar as condições de vida do trabalhador no comércio e à formação e ao treinamento de mão-de-obra profissional. No Amapá, relatou o senador, o Sesc iniciou as atividades em 1976, tendo implementado desde então uma grande variedade de atividades nas áreas de esporte, recreação, cultura, educação e saúde. Conforme disse, a participação das duas entidades e os investimentos comerciais no estado têm gerado boas opções aos consumidores e oportunidades de emprego para os amapaenses.

O parlamentar aproveitou para cumprimentar a nova diretoria da Federação do Comércio do Amapá, nas pessoas de Ladislau Pedroso Monte e Manoel Raimundo da Costa, presidente e vice-presidente da entidade. Ele também destacou a posse, ocorrida ontem, de Carlos Marx Tonini na presidência da Federação do Comércio do Estado do Pará. Tonini, recordou, já foi presidente do Senac.



QUALIDADE Para Papaléo, entidades contribuem para melhorar vida do trabalhador

Delcidio pede votação de lei com regras para gasoduto

Senador adverte que norma vigente dificulta licença ambiental para realização dessas obras em vários estados

O senador Delcidio Amaral (PT-MS) pediu a urgente votação de projeto que estabelece normas para construção de gasodutos no país. De acordo com o parlamentar, a legislação vigente está dificultando o licenciamento ambiental para a realização dessas obras, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

A proposta, que estabelece exigências de segurança na construção de dutos, encontra-



SAÍDA Delcidio quer aprovação do texto original do Executivo, em vez do aprovado na Câmara

se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), informou. Ele pediu ao relator, Leonel Pavan (PSDB-SC), o restabelecimento do texto do Executivo, alterado na Câmara, que prevê margem

de 15 metros para cada lado da faixa de servidão do duto.

– As obras do ramal de 400 quilômetros do gasoduto Campinas-Rio de Janeiro estão atrasadas um ano e meio – afirmou Delcidio Amaral, acrescentando que a demora na conclusão impede o fornecimento de gás natural para usinas térmicas do Nordeste, encarecendo o custo da energia emergencial na região.

Segundo Delcidio, o fornecimento emergencial vem sendo feito por usinas movidas a diesel, cujo preço é três vezes maior que o do gás. O senador relatou que, nos Estados Unidos, há dutos sob rodovias e mesmo em áreas urbanas sem a margem de segurança ladeando a tubulação.

Raupp quer rapidez para regulamentação de PPPs

Maior rapidez na tramitação do projeto que regulamenta a instituição das parcerias público-privadas (PPPs) foi sugerida, em Plenário, pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Na sua opinião, a aprovação da proposta (PLC 10/04), da qual é relator, deverá estimular investimentos na geração de eletricidade e na construção e no aperfeiçoamento de ferrovias, estradas e portos, auxiliando no desenvolvimento do país.

Entre as obras que poderiam ser estimuladas pela criação das parcerias, previu, estão as das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, na região do Rio Madeira (RO), e de Belo Monte, no Pará. O projeto que

regulamenta as PPPs, como lembrou, ainda precisa ser votado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de chegar ao Plenário.

Raupp também defendeu o aumento do limite de produção das usinas beneficiadas pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Ele disse que a adoção da medida contribuirá para que governo venha a obter novos investimentos na geração de energia, evitando a ocorrência de apagões como o de 2002.

O senador por Rondônia pediu ainda ao governo que libe-



MÉRITO Valdir Raupp diz que projeto, de que é relator, ajudará no desenvolvimento do país

re rapidamente as concessões para a construção dos gasodutos Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho, ambos na Amazônia, para afastar o perigo de desabastecimento na região. Ele lembrou que a implantação de novas usinas exige anos dedicados à elaboração de projetos de engenharia e de relatórios de licenciamento ambiental.

mentar.

Sibá declarou se sentir um pouco incomodado com a forma como têm sido conduzidos os debates sobre as hidrelétricas, porque “a marca do passado foi a marca da destruição, do arbítrio e das perdas por parte das comunidades locais”. Esse passado, ressaltou, não interessa, e o que importa é reunir os principais interessados para encontrar as soluções adequadas para a geração de energia para a Amazônia. Ele afirmou ser essencial também que seja garantida na matriz energética a interligação das sete capitais do Norte em âmbito nacional.



CRÍTICA Sibá Machado afirma que discussão do assunto vem sendo feita isoladamente

– Eu tenho defendido que se trate de maneira coletiva o assunto e que a questão seja entendida como infra-estrutura para o Brasil e, para a região, como um produto a ser vendido – afirmou o parla-

Sibá sugere debate sobre a geração de energia no país

Sibá Machado (PT-AC) defendeu, em discurso no Plenário, a realização de debate sobre a energia elétrica na Amazônia. Ele disse considerar a discussão atual dispersa, “com cada governador ou ator envolvido no processo tratando o assunto isoladamente”. Para o senador, isso prejudica a busca de solução de forma mais rápida.



AUDIÊNCIA Reunião foi presidida por Mozarildo Cavalcanti (E)

Mercosul discute crise do transporte na fronteira

A crise do transporte internacional na fronteira Brasil-Paraguai foi debatida ontem na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Senadores e deputados ouviram representantes do setor de transportes em Foz do Iguaçu (PR), que apresentaram as consequências sociais e econômicas do problema. A audiência, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), resultou de requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS), que não pôde comparecer, porque participaria do funeral de Leonel Brizola em São Borja (RS).

O assessor da Superintendência da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, Mauro de Brito, tratou da importância do transporte internacional ao

contar sua experiência como ex-delegado do órgão na região. Para ele, é preciso que haja um acordo entre os caminhoneiros autônomos e as empresas de transporte para que sejam evitados futuros problemas internacionais.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) abordou a questão do contrabando em Foz do Iguaçu e indagou a Mauro de Brito se a Receita não cobe essa atividade com eficácia por falta de recursos humanos e materiais ou em razão de forças políticas que temem afetar as relações entre Brasil e Paraguai. Segundo o ex-delegado, apesar do grande esforço da Receita, faltam estrutura, recursos para a repressão e aparato policial.

Dutra falará sobre obras de plataforma na quarta-feira

Na próxima quarta-feira, às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) recebe o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, que vai apresentar esclarecimentos acerca do contrato para a construção da plataforma PRA-1, questionado pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (PMDB). A audiência, solicitada pelo senador José Jorge (PFL-PE), está sendo aguardada desde a semana passada, já que Dutra disse que somente irá apresentar esses detalhes ao Senado.

Em solenidade realizada recentemente com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Petrobras anunciou que a construção da PRA-1 custará R\$ 1,34 bilhão e ficará a cargo do consórcio Odebrecht/Ultratech, da Bahia. A nova plataforma vai operar



CUSTO José Eduardo Dutra ressalta que proposta baiana é mais barata que a fluminense

junto com a P-52 e escoará a produção de petróleo da Bacia de Campos para refinarias no Rio e São Paulo.

Segundo a governadora, a proposta do consórcio Mauá/Jurong, do Rio, seria R\$ 80 milhões mais barata e ainda poderia contar com isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado. Já Eduardo Dutra sustentou que a proposta do consórcio baiano foi menor que a do estaleiro fluminense, que teria ficado em terceiro lugar, atrás ainda do consórcio Andrade Gutierrez/Camargo Corrêa.

Para José Jorge, mínimo de R\$ 260 é desastroso ao país

■ Senador critica Lula por ter comemorado aprovação do novo valor pela Câmara dos Deputados

Ao comentar a notícia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria celebrado, durante visita aos Estados Unidos, a aprovação pela Câmara do salário mínimo de R\$ 260, José Jorge (PFL-PE) disse que o local não poderia ter sido mais apropriado para a comemoração.

– Nova York é o melhor lugar para que o presidente comemorasse esse resultado da votação, que é desastroso para a política social do governo – afirmou.

Para ele, o Senado agiu com responsabilidade ao optar por um mínimo de R\$ 275. Apesar



MENOS APOIO José Jorge comenta pesquisa que mostra queda de popularidade de Lula

de esse valor também ser insuficiente, avaliou, R\$ 15 a mais para pessoas que recebem o salário mínimo representam “reforço importante” para melhorar a alimentação.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que

“só seria possível comemorar a decisão da Câmara se o valor fosse adequado às necessidades do povo brasileiro”.

José Jorge registrou ainda os resultados da última pesquisa sobre a popularidade do governo, realizada pela Sensus a pedido da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Ele observou que a avaliação positiva do governo caiu de 56,5% para 29,4%, e que a aprovação do desempenho pessoal do presidente Lula foi reduzida de 83,6% para 54,1%. Além disso, afirmou, quase 60% dos entrevistados disseram que o Executivo estaria fazendo menos do que poderia pelo país.

– A pesquisa mostra que governo está decepcionando a população, pois não está cumprindo o que prometeu na campanha eleitoral.

Câmara curvou-se diante do governo, afirma Alvaro Dias

Ao analisar a aprovação, na Câmara, do salário mínimo de R\$ 260, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “tomar R\$ 15 do povo brasileiro foi um ato perverso” que não pode ser esquecido, nem sequer tolerado.

– Esse gesto da Câmara, curvando-se diante do governo, não pode ser esquecido pelo trabalhador. A tolerância aos maus-tratos precisa ter limites. O governo demonstrou não ter sensibilidade, preferindo se preocupar com a Bolsa de Valores a se conder com o drama do trabalhador.

Alvaro Dias ressaltou a difi-

culdade que profissionais internacionais têm de traduzir a palavra *ilunga*, do idioma *tshiluba*, falado no sudoeste do Congo e no Zaire. Trata-se de vocábulo usado para descrever as pessoas que perdoam os maus-tratos pela primeira vez, toleram pela segunda, mas nunca pela terceira. Para ele, o trabalhador brasileiro já atingiu esse limite em relação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador criticou ainda o que chamou de “retórica otimista, mas vazia”, do presidente Lula, ao falar em Nova York sobre investimentos. Ao dizer que



MALDADE Segundo Alvaro Dias, “tomar R\$ 15 do trabalhador foi ato perverso”

o Brasil pode atrair US\$ 20 bilhões por ano em investimentos, “Lula está na contramão da realidade”. Segundo Alvaro, em 2001 o Brasil obteve US\$ 22 bilhões em recursos estrangeiros, em 2003 foram US\$ 10 bilhões e este ano, até maio, são apenas US\$ 3,3 bilhões.

Paim quer reajuste conforme variação do PIB

Projeto apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) estabelece reajustes adicionais do salário mínimo vinculados ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB). A proposta (PLS 190/04), que prevê reajustes que preservem o valor real do mínimo, pretende garantir que o menor salário pago no Brasil fique protegido da desvalorização e tenha aumento conforme o crescimento da economia.

O projeto determina aumentos reais gradativos correspondentes à variação real do PIB verificada no ano an-



PROTEÇÃO Paulo Paim afirma que projeto deve impedir desvalorização salarial

terior. Caso a variação seja negativa, não haveria reajuste.

Paim afirma que a proposta não representa a concessão de

aumentos anuais expressivos. Ele apresentou tabela com a variação do PIB desde 1990. A maior variação, disse, ocorreu em 1994, de 5,85%. Afirmou ainda que a proposição “é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do país”.

Proposta semelhante foi defendida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele argumentou que, nos últimos seis anos, o crescimento do PIB foi sempre 2,2% maior que o reajuste do mínimo.

HOMENAGEM



MEMÓRIA Augusto Botelho presta homenagem ao líder pedetista, morto segunda-feira

Augusto lembra luta de Brizola contra capital internacional

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) prestou homenagem a Leonel Brizola, falecido no dia 21. Ao registrar seu pesar, ele declarou seu respeito ao líder trabalhista, por sua ética, coragem, confiança no povo brasileiro e luta contra os interesses do capital internacional e a corrupção.

Augusto destacou trechos de homenagens prestadas pelos

demais senadores, enfatizando as várias qualidades apontadas como características do ex-governador.

Ao final do discurso, o parlamentar apontou três momentos na vida política de Leonel Brizola que, a seu ver, são os mais importantes.

– O primeiro foi o fato de ter sido sufragado nas urnas, quando candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, nas eleições de 1962, com um terço dos votos válidos naquela eleição. Em segundo, foi sua coragem de denunciar ao Brasil e ao mundo que estavam subtraindo sua eleição ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1982. E, por último, quando, em 1998, apoiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, inclusive sendo candidato a vice-presidente em sua chapa contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que muitos podem discordar da forma como Brizola fazia política, mas ninguém pode deixar de reconhecer seu nacionalismo intenso e seu trabalho sincero.

Renan ressalta importância do líder trabalhista no século 20

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que o ex-governador Leonel Brizola foi uma das grandes figuras políticas brasileiras do século 20 e que, ao lado de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e João Goulart, vai integrar a galeria histórica dos que mudaram os rumos do país.

– A vida de Leonel Brizola estará sempre marcada pela Cadeia da Legalidade e sua luta contra a ditadura militar. Num momento decisivo da vida nacional, ele foi a voz que se levantou com mais força na luta para que se respeitasse a Constituição e o então vice-presidente João Goulart tomasse posse no lugar de Jânio Quadros – ressaltou o senador.

Renan lembrou a formação política de Brizola, forjada, segundo ele, em um tempo em que prevalecia o Estado forte, como indutor do desenvolvimento econômico, e a defesa das instituições nacionais e das



TRIBUTO Posições de Brizola eram importantes no debate sobre globalização, diz Renan

empresas brasileiras.

– Suas posições eram importante contraponto na discussão em torno da globalização e do liberalismo excessivo, selvagem, sem fronteiras ou limites – acrescentou.

Para o líder do PMDB, o PDT de Brizola foi multifacetado desde o princípio, étnica e ideologicamente. Não era como tantos partidos, “formados exclusivamente por homens e brancos”. Renan recordou que a educação era uma das principais preocupações de Leonel Brizola e que os Cieps foram tentativa de construção de uma escola sólida, em tempo integral, com espaço para esporte e lazer, para atender às crianças da periferia.

Ana Júlia aplaude obras em rodovia e hidrelétrica

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a decisão do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de liberar recursos para a recuperação da rodovia BR-316 e para a conclusão das obras das eclusas de Tucuruí. Em discurso no Plenário ontem, a senadora afirmou que as duas obras são essenciais não somente para a economia e para a população do estado do Pará, mas também para toda a região amazônica.

Ana Júlia também homenageou o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, que pela terceira vez foi um dos contemplados com o Prêmio Prefeito Amigo da Criança, concedido pela Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), por ações nas



Célio Azevedo

IMPORTÂNCIA Ana Júlia ressalta que trabalho irá beneficiar toda a região amazônica

áreas de saúde, educação e assistência social em favor da infância e adolescência, durante o mandato 2001-2004.

A senadora paraense ainda informou que a prefeitura de Belém recebeu o Prêmio David Capistrano, concedido pelo Ministério da Saúde, pela criação de projetos destinados a estabelecer atendimento humanizado e qualificado na área de saúde.



Roosevelt Pinheiro

CONTATOS Fátima adverte que é preciso ouvir os problemas indígenas com respeito

Fátima: diálogo poderá resolver relacionamento com índios

Ao comentar a visita a Rondônia da comissão externa do Senado que examina conflitos fundiários em terras indígenas, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) chamou a atenção para alguns aspectos da disputa pela exploração de diamantes na reserva Roosevelt, do povo cinto-larga. Segundo a senadora, essa "delicada questão" abrange toda uma discussão no Executivo e no Congresso Nacional sobre mineração em terras indígenas e, em sentido mais amplo, sobre o relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com as comuni-

dades indígenas, seus direitos naturais e constitucionais e suas práticas e projetos em relação aos recursos em seus territórios.

Em primeiro lugar, Fátima destacou que, para tratar de iniciativas que envolvem os direitos e os deveres das comunidades indígenas, é preciso contactá-las diretamente, ouvir com atenção e respeito as suas lideranças e organizações. Ela recomendou ainda a leitura do documento produzido em assembléia geral indígena, ocorrida em 27 e 28 de maio deste ano, em Porto Velho. Esse documento, ressaltou a representante de Rondônia, leva às autoridades e à sociedade brasileira os temas que mais afligem as comunidades indígenas de Rondônia neste momento, sendo o caso cinto-larga o tema mais debatido e o que mereceu maior destaque no documento.

Fátima Cleide afirmou também ter a certeza de que os parlamentares da comissão encontrarão as lideranças indígenas ainda ativas, mobilizadas e concentradas em definir e implementar as soluções para seus problemas em curto, médio e longo prazos. Segundo a senadora, os índios acreditam em sua própria capacidade e confiam no governo Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo eles mesmos, é "o único governo que se dignou a ouvir os índios".

Demostenes denuncia mau uso de fundo de segurança

Senador acusa governo de usar verba do FNNSP para custear vantagens indiretas ao PT, como a compra de passagens

O governo federal usou, até o momento, apenas 0,08% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNNSP), dos quais 56% foram empregados na compra de passagens aéreas e em despesas com locomoção. A denúncia foi feita pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que criticou a falta de ação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na área da segurança pública.

– Estamos entrando no sétimo mês de 2004 e o ministro continua no "lelelé", sem executar o orçamento de Segurança Pública no que se refere às políticas de proteção do povo. Ao mesmo tempo, incorre em desvio de finalidade ao mandar para as companhias aéreas recursos destinados à aquisição de viatura, armamento e remuneração de policiais – afirmou Demostenes.

Segundo o parlamentar de Goiás, somente no que diz respeito ao programa Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional foram gastos R\$ 860 mil com passagens aé-



José Cruz

COFRE FECHADO Demostenes diz que faltam recursos para polícia científica

reas, o que daria para comprar 2,8 mil bilhetes entre São Paulo e Brasília.

– O governo Lula não tem dinheiro para complementar salários dos policiais. Não consegue investir em sistemas de inteligência e polícia científica. Enfim, o cofre está hermeticamente fechado para o essencial, mas não falta o estipêndio para custear vantagens indiretas ao PT – reclamou.

Demostenes Torres condenou a proposta do ministro Márcio Thomaz Bastos de ampliar a adoção de penas alternativas e diminuir a população carcerária. Segundo o senador, o Brasil tem legislação muito liberal no que diz respeito à privação de liberdade, já que só cumpre pena em regime fechado no país quem comete crime

hediondo, condenado a mais de oito anos por homicídio.

– O ministro recomenda que o Brasil precisa devolver às ruas parte preponderante da população carcerária porque o governo Lula não tem capacidade de manter o sistema prisional operando com segurança e probidade – analisou.

O senador reclamou ações do governo federal, diante de pesquisas que

demonstram que os índices de assassinatos de jovens no Brasil estão entre os mais altos do mundo, com taxa de 54,7 homicídios para cada 100 mil jovens entre 15 e 24 anos. Ele apontou ainda estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) que indica que, em 2000, dos 199 mil assassinatos contra jovens no mundo, 10% foram registrados no Brasil.

– O governo Lula faz "cara de paisagem" para o maior problema social do país – denunciou Demostenes, que criticou o Senado por contribuir para a piora da segurança pública no país ao aprovar o fim do exame criminológico e rejeitar a adoção do Regime Diferenciado de Segurança Máxima para membros do crime organizado de grande periculosidade.

Restituição do IR aguarda relator na CAE

O projeto de lei (PLS 131/04) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para a restituição do Imposto de Renda (IR) descontado na fonte aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O prazo regimental para apresentação de emendas já expirou e nenhuma foi encaminhada.

O projeto estabelece o prazo máximo de 60 dias, após a entrega da respectiva declaração, para que a restituição do IR seja efetuada. Caso a restituição seja feita após esse período, deverá ser acrescida de juros de mora de 1% ao mês ou fração, além dos juros calculados com base no mesmo índice utilizado para atualização dos créditos da União, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base.

Em sua justificativa, Simon



Célio Azevedo

PRAZO Simon destaca que seu projeto obriga devolução, no máximo, em 60 dias

explica que o prazo de 60 dias é suportável para o contribuinte e administrável para o governo. Ele lembra que, nos países mais desenvolvidos, a restituição é feita no momento da de-

claração ou requerimento, atendendo de imediato o direito do contribuinte e deixando a verificação e auditoria fiscal para o momento oportuno.

Simon ressalta que, em razão da acelerada perda de poder aquisitivo, os assalariados, quando apresentam suas declarações de IR e constatarem que têm direito a restituições, na maioria dos casos negociam com as instituições financeiras os valores que lhes serão devolvidos, em prazos que variam entre 60 e 90 dias.

Quando a Receita Federal atrasa inexplicavelmente as devoluções, os assalariados ficam em grandes dificuldades financeiras para fazer frente ao compromisso assumido com o banco, sendo obrigados a pagar juros de mercado, enquanto o seu crédito é corrigido em índices menores.



Célio Azevedo

PROTEÇÃO Proposta de Lúcia Vânia torna obrigatório o uso de cadeira e cinto de segurança

Lúcia Vânia quer mais segurança no transporte de crianças

Aguarda apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto (PLS 167/04) de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que torna obrigatório o transporte de crianças no banco traseiro dos veículos e o uso de dispositivo de retenção (cadeiras e cintos de segurança). Os equipamentos de proteção deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) ou por entidade por ele credenciada.

Na justificativa da proposta, a senadora argumenta que os acidentes de trânsito são responsáveis pela morte de aproximadamente 1.200 crianças por ano no Brasil, e cerca de 90% dessas mortes poderiam ser evitadas com a utilização correta de um equipamento de segurança. Ela ressaltou que esses dispositivos de retenção ainda não estão sujeitos a certificação compulsória pelo Inmetro, mas podem ser certificados voluntariamente por organismos de certificação de produtos (OCP) por ele credenciados.

“Os motoristas brasileiros praticamente desconhecem a maneira correta de transportar as crianças. Uma das causas do alto número de acidentes é o hábito de deixá-las soltas ou no colo de um adulto. Em caso de colisão, elas são arremessadas contra as partes internas do veículo. Mais grave que a falta de informação é a desinformação. Diversos acessórios ineficientes são comercializados como equipamentos de segurança, criando no motorista uma falsa sensação de tranquilidade”, assinalou.

Donas-de-casa devem ter direito à aposentadoria, afirma Lobão

Senador condena discriminação contra mulheres que cuidam dos filhos e da organização da casa

O Brasil deve ter, na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), um sistema previdenciário que proteja todos os brasileiros e brasileiras contra velhice desamparada, sem discriminar quem quer que seja. Uma das medidas para que tal situação seja alcançada, sugeriu o parlamentar, é a criação de aposentadoria para as donas-de-casa, desde que elas contribuam no decorrer da vida.

O senador lamentou a existência de um costume arraigado na sociedade, segundo o qual as mulheres que cuidam



Célio Azevedo

EVOLUÇÃO Países desenvolvidos já asseguram o benefício, diz Lobão

dos filhos e da organização da casa não merecem receber por essas atividades. Outro hábito cultural, citou, está baseado na ideia de que apenas as mulheres devem ser responsáveis pe-

las tarefas domésticas. Uma terceira visão equivocada, destacou, considera “luxo ou ócio” a opção das mulheres de ficarem em casa.

– Como se educar filhos, gerir uma casa e apoiar o marido fossem tarefas de menor importância ou complexidade do que as demais – acrescentou ele.

Ao reforçar sua opinião de que o governo deve pensar em uma solução para incluir as donas-de-casa no sistema previdenciário, Edison Lobão disse que os países desenvolvidos já dispõem de mecanismos que assegurem benefícios específicos para as donas-de-casa.

– Eliminemos, de uma vez por todas, esse ranço que desqualifica pessoas pelo fato de não

apresentarem gordos contracheques salariais como elemento de reconhecimento social. Esse é um comportamento discriminatório e condenável. E quando se volta contra mulheres indefesas em sua posição de anonimato social, parece-me ainda mais condenável.

Recesso

O senador aproveitou para comentar a possibilidade de alteração do recesso parlamentar, refutando as críticas que o Congresso vem recebendo da imprensa, caso ocorra convocação para o mês de julho. Ele lembrou que essa iniciativa é sempre do Executivo e não do Legislativo. Portanto, “se algum Poder deve ser responsabilizado, caso ocorra convocação extraordinária, não é o Legislativo, que deseja ter seu recesso preservado”.

Marcos Guerra propõe medida para universitário saldar dívida com o Fies

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) defendeu ontem projeto de lei de sua autoria que cria mecanismo de geração de emprego para estudantes do ensino superior que pagam seus cursos com o Fies – Financiamento Estudantil. O senador disse que a proposição (PLS 172/04) surgiu da preocupação com as dificuldades que os jovens enfrentam para prosseguir em seus cursos superiores.

Marcos Guerra explicou que propõe duas formas para que os universitários saldem as dívidas com o Ministério da Educação. No primeiro caso, ele sugere que os jovens atuem como estagiários sem remuneração, por meio da prestação de serviço ao Estado durante o período letivo, na especialidade do estudante, ou como profissional após a graduação. Na segunda alternativa, o parlamentar defende a oferta de emprego em micro, pequena ou média empresa, com vagas criadas por intermédio de subvenções econômicas oferecidas a tais empresas.



José Cruz

BARREIRA Para Marcos Guerra, desemprego tem dificultado o pagamento do crédito

Essas subvenções consistem, conforme esclareceu o senador, em isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a folha de salários dos estudantes contratados. Também poderão ser deduzidas do Imposto de Renda devido parte das despesas geradas na criação dos postos de trabalho.

De acordo com Marcos Guerra, o projeto impede que a concessão de tais incentivos induza os empregadores a dispensar seus empregados e substituí-los pelos universitários, ao

determinar que “as subvenções serão usufruídas enquanto durarem os novos vínculos empregatícios, limitadas ao período de pagamento do financiamento, desde que o empregador mantenha número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no mês anterior ao início da vigência da lei”.

Ao justificar seu projeto, o senador destacou que, ao longo dos anos, se observou que o crédito educativo, mesmo tendo sido modificado diversas vezes, vem encontrando obstáculo quase intransponível – a impossibilidade de ressarcimento pelo aluno formado. Segundo Marcos Guerra, geralmente os estudantes, depois de formados, não têm como pagar o financiamento, devido ao alto nível de desemprego, à exigência de experiência anterior, que os recém-formados não possuem, e à impossibilidade de as famílias arcarem com o ressarcimento, mesmo parcelado, em razão da renda insuficiente.

Valmir Amaral lembra Dia da Imigração Japonesa

No dia 18 de junho de 1908, os primeiros 793 imigrantes japoneses chegaram ao Porto de Santos (SP) no navio *Kasato Maru*, vindo do Porto de Kobe, marcando o início da imigração japonesa no Brasil. As dificuldades iniciais de integração desse grupo até o número atual de cerca de 1,25 milhão de brasileiros descendentes de japoneses foram destacadas pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF), em comemoração à data.

– Os que vieram em busca de uma vida melhor em nossa terra sofreram na pele a rejeição, o preconceito e a indiferença. Mesmo assim, com tenacidade, disciplina, dedicação, perseverança e muito trabalho, a maioria conseguiu vencer – afirmou Valmir Amaral, que ressaltou a grande contribuição que os imigrantes japoneses deram para a construção do Brasil.



Roosevelt Pinheiro

Valmir Amaral resalta luta dos imigrantes

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Maguito Vilela, Augusto Botelho, Papaléo Paes e Valdir Raupp e pela senadora Serys Slhessarenko